



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

Processo Seletivo de Estagiários Direito (Turno Vespertino) – março/2014

Candidato:

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Você está recebendo o seguinte material:

- a) Este caderno com o enunciado de 30 (trinta) questões objetivas;
- b) 01 Cartão-resposta.

1. Confira atentamente se seus dados pessoais estão corretos e coincidem com a sua folha de respostas. Em seguida, verifique se o caderno de provas contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva.
2. O caderno da Prova Objetiva deve conter 30 (trinta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 1 (um) ponto, totalizando 30 (trinta) pontos.
3. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
4. Após a conferência do seu nome na folha de respostas, você deverá assiná-la no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. **Não será permitido**, durante a realização das provas, **fazer uso ou portar**, mesmo que desligados, telefone celular, relógio digital, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, computador portátil, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, bem como qualquer tipo de consulta a textos, apontamentos ou a qualquer outro material, e os candidatos não poderão conversar, nem manter contato de qualquer espécie, sendo o candidato imediatamente desclassificado se vier a infringir a referida vedação.
6. Durante o período de realização das provas, **não será permitido** o uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares.
7. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
8. Não se levante sem autorização de um fiscal.
9. A **duração total da prova será de 3 (três) horas**, com início previsto para as 9h e término para as 12h. Nesse período, está incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
10. Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão deixar o local de provas depois de decorrida 1 (uma) hora do início.
11. Ao terminar a prova, chame o fiscal mais próximo, devolva-lhe o caderno de questões e a folha de respostas e deixe o local de provas.
12. Considerando que a JFPA irá divulgar o conteúdo dos Cadernos de Questões das Provas Objetivas e o gabarito do Processo Seletivo exclusivamente no site da JFPA, bem como irá disponibilizar acesso individualizado à digitalização da Folha de Respostas de cada candidato, **não será permitido anotar o gabarito**, por questões de segurança, sendo o candidato prontamente **desclassificado** caso desobedeça a referida proibição.
13. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital poderá implicar a anulação de suas provas.

Belém, PA, 30 de março de 2014.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em 1988, os constituintes prescreveram no 4º artigo da Constituição Federal os princípios que devem reger a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, dentre os quais pode-se citar:

a) independência nacional / autodeterminação dos povos / igualdade entre os Estados / solução pacífica dos conflitos, exceto nos casos de violação da soberania nacional / pluralismo político.

b) prevalência dos direitos humanos / cooperação entre os povos para o progresso da humanidade / repúdio ao racismo e à homofobia / defesa da paz.

c) independência nacional / prevalência dos direitos humanos / igualdade entre os Estados / defesa da paz / concessão de asilo político.

d) promoção do bem de todos os povos, sem preconceitos de quaisquer espécies / não-intervenção / pluralismo político / erradicação da pobreza e da marginalização / concessão de asilo político.

2. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo VERDADEIRA a seguinte assertiva:

a) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido ao Estado legislar exceções em prol do combate às discriminações.

b) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

c) é garantido o direito de propriedade, salvo nos casos de invasão dessa propriedade para fins de reforma agrária ou para atender necessidade de moradia urbana.

d) são a todos assegurados, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse

pessoal, com pagamentos de taxas desde que fixadas em lei.

3. Ao tratar da Nacionalidade e dos Direitos Sociais, a CF/1988, alterada pelas Emendas Constitucionais ulteriores, estabelece que:

a) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, e inclusive quando estes estejam a serviço de seu país.

b) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

c) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender, e lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, bem como as penalidades aos que cometerem abusos relacionados à greve.

d) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 7 (sete) anos de idade em creches e pré-escolas.

4. Considerando as competências constitucionais da União em vigor, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Compete à União decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

b) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

d) Compete à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre jazidas, minas, florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

5. Analise as assertivas abaixo:

I - Os juízes gozam das garantias, nos termos da CF/1988, de vitaliciedade, de inamovibilidade e de irredutibilidade de subsídio.

II - Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, sem ressalvas, originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União.

III - Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

IV - Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

V - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, exclusivamente a sanções administrativas, podendo estas impor inclusive a obrigação de reparar os danos causados.

Estão **CORRETAS** as seguintes **assertivas**:

- a) I, III e IV
- b) II, III e IV
- c) Todas, exceto V
- d) Todas, exceto III

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. O art. 37 da Constituição Federal explicita vários **princípios** cogentes à **Administração Pública**. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Tendo por fundamento a “boa administração”, o Princípio da Moralidade está relacionado com as decisões legais tomadas pelo agente de administração pública, acompanhado, também, pela conveniência e pela oportunidade.
- b) Considerando o Princípio da Legalidade, o administrador público pode perpetrar atos que a lei não veda.

c) O Princípio da Finalidade está associado com a imparcialidade concernente à Administração, e determina que as normas administrativas devem, na medida do possível e conforme prerrogativa do Administrador Público, ter como escopo o interesse público.

d) A publicidade dos atos administrativos pode ser praticada na esfera federal através dos Diários Oficiais geridos pela Imprensa Nacional, sendo que o Princípio da Publicidade implica a divulgação dos atos associada à disponibilização de informações internas, sendo proibido usar símbolos, imagens ou outras coisas que assinalem a promoção pessoal do Agente Administrativo.

7. No tocante aos **atos administrativos**, todas as assertivas abaixo estão corretas, à **EXCEÇÃO de uma**. Assinale-a.

- a) A finalidade a ser alcançada na atuação do agente é determinada pela lei.
- b) A competência decorre sempre de lei, é irrenunciável, de exercício facultativo, imprescritível e intransferível.
- c) A imperatividade é o atributo pelo qual um ato administrativo impõe obrigações a terceiros, sem depender de sua concordância, mas tal atributo não existe em todos os atos administrativos.
- d) Competência, forma, objeto, motivo e finalidade constituem os elementos do ato administrativo.

8. Relativamente à **Administração Pública Direta e Indireta**, assinale a **alternativa CORRETA**:

- a) As entidades da Administração Pública Indireta da esfera federal, sejam elas de direito público ou de direito privado, são submetidas, sem exceções, ao controle externo efetivado pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- b) As autarquias são criadas para executar atividades típicas da administração pública que demandem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.
- c) As sociedades de economia mista apresentam patrimônio próprio e capital exclusivo da União, e objetivam explorar atividade econômica que o governo seja impelido a desempenhar por imposição constitucional.

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL/PARÁ**

d) É exemplo da desconcentração, tal como entendida pela doutrina administrativa, a criação de empresas públicas, de fundações públicas e de agências reguladoras.

9. Analise as assertivas a seguir:

I - Os bens de uso comum do povo não perdem essa característica se o Estado regulamentar seu uso de forma onerosa.

II - Os terrenos e edifícios aproveitados pelo próprio Estado para efetivação de serviço público especial são considerados bens de uso geral ou uso comum do povo.

III - São características do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

IV - O Poder disciplinar atribuído à Administração pública traduz-se no poder da Administração de impor limitações às liberdades individuais nos limites preestabelecidos na lei.

V - O poder discricionário da Administração Pública não pode passar pelo controle do Poder Judiciário, mesmo nos casos em que há inequívoca violação ao princípio da razoabilidade.

Estão INCORRETAS as seguintes assertivas:

- a) I, III e IV
- b) II, III e V
- c) I, II e V
- d) II, IV e V

10. Considerando os princípios da eficiência administrativa e da eficácia dos seus atos, o Estado utiliza mecanismos de controle das atividades estatais, provocados pela necessidade de se proteger a própria administração pública, bem como os direitos e garantias coletivos. Logo, o papel dos controles interno e externo da administração pública está relacionado com a seguinte alternativa CORRETA:

a) Quanto ao Controle Externo, citado no art. 71 da CF/1988, pode-se dizer que é um controle, a cargo do Congresso Nacional e exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de legalidade contábil e financeira e a ele compete analisar a probidade dos atos da administração, a regularidade dos gastos públicos e do emprego de bens, valores e dinheiros públicos, e a fiel execução do orçamento.

b) Foram instituídos dois tipos de mecanismos pela CF/1988: o Controle Interno, efetivado

pelos próprios órgãos do Estado, e o Controle Externo, realizado pelo Poder Judiciário com assistência técnica dos Tribunais de Contas.

c) Relativamente ao Controle Interno, o art. 74 da CF/1988 é exemplificativo ao dispor que os três poderes podem mantê-lo, de forma integrada ou isolada, para evidenciar a publicidade dos atos e ponderar os resultados, sob os aspectos de eficiência e eficácia, da gestão administrativa e patrimonial dos órgãos e entidades da administração, bem como para controlar as operações de crédito, e ainda para dar suporte ao controle externo.

d) Note-se o caráter cogente do Controle Interno, pois pode fixar a alteração do modo ou forma de praticar determinado ato. No Controle Externo, o Tribunal de Contas não pode infligir correções à Administração, bem como não pode intrometer-se em licitações e cominar sanções.

DIREITO CIVIL

11. Considere a seguinte situação:

"Boeing da Varig desapareceu há 35 anos e jamais foi encontrado. Um avião Boeing decola de um aeroporto asiático, mantém contato com controladores de tráfego aéreo sem relatar problemas e desaparece. Essas são as semelhanças, até o momento, entre o caso da aeronave da Malaysian Airlines, que partiu da Malásia para a China com 239 pessoas, e uma história ocorrida há 35 anos. Na noite de 30 de janeiro de 1979, o avião cargueiro Boeing 707 da brasileira Varig partiu do aeroporto de Narita, em Tóquio, rumo a Los Angeles. Fez contato com a base, na capital japonesa, 33 minutos após a decolagem, quando sobrevoava o Oceano Pacífico a 500 km do litoral, mas não realizou a comunicação prevista para meia hora depois. Acionadas, forças japonesas e norte-americanas realizaram as buscas por meses, mas a aeronave jamais foi encontrada. Trata-se, provavelmente, do maior mistério da aviação brasileira. O avião cargueiro voava com seis tripulantes: os pilotos Gilberto Araújo da Silva e Erni Peixoto, os oficiais Evans Braga e Antonio Brasileiro da Silva Neto e os engenheiros Nicola Esposito e José Severino de Gusmão Araújo."
Internet: <noticias.uol.com.br> (adaptado)

Ante o exposto, analise as hipóteses abaixo à luz do Novo Código Civil:

I. A morte presumida dos tripulantes desaparecidos somente poderá ser declarada após passados dez anos do trânsito em julgado da sentença que concedeu a abertura da sucessão

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL/PARÁ

provisória dos bens dos tripulantes declarados ausentes.

II. A morte presumida dos tripulantes desaparecidos será declarada de ofício pelo Juiz, uma vez encerradas as buscas, por ser extremamente provável a morte dos tripulantes.

III. A declaração de morte presumida dos tripulantes do Boeing da Varig, quando igualados a vítimas de desastres aéreos, marítimos e catástrofes em geral, prescinde da decretação de ausência, uma vez que, esgotadas as buscas e averiguações, os tripulantes ou seus cadáveres jamais foram encontrados.

IV. Caso um dos tripulantes desaparecidos retornasse hoje, e provasse que a ausência não foi voluntária, os bens porventura transferidos aos herdeiros por sucessão definitiva deveriam ser integralmente restituídos ao dono, respondendo os herdeiros civilmente pela dilapidação do patrimônio do ausente.

V. A morte presumida é sempre declarada pelo juiz, após se convencer pelas provas juntadas no processo judicial que estão presentes os requisitos legalmente estabelecidos para considerar alguém morto, mesmo sem saber o paradeiro do cadáver.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) III e V.
- b) I e II.
- c) II, III e V.
- d) I, II e IV.

12. Acerca dos **negócios jurídicos**, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Os elementos acidentais do negócio jurídico dizem respeito a sua validade.
- b) O negócio jurídico benéfico deve ser interpretado restritivamente.
- c) Se o relativamente incapaz mente sobre ou omite sua incapacidade, ainda assim incide vício insanável no negócio, pois a capacidade é elemento essencial.
- d) Não existe direito adquirido antes da implementação de termo suspensivo.

13. Analise as seguintes assertivas sobre a **prescrição** e a **decadência**:

I. A prescrição consiste na perda da pretensão da reparação do direito violado, em razão da inércia do seu titular.

II. A decadência é a perda efetiva de um direito potestativo, pelo seu não exercício. Isto é, a possibilidade de exigir de outrem, coercitivamente, o cumprimento de dever jurídico.

III. A decadência convencional não pode ser alegada de ofício.

IV. Admite-se a renúncia da prescrição.

Estão **CORRETAS** as seguintes alternativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.

14. Sobre **capacidade civil** e **emancipação**, é **CORRETO** afirmar:

- a) A emancipação antecipa a maioridade civil.
- b) O casamento e o exercício de cargo público efetivo são hipóteses de emancipação voluntária.
- c) Somente incapazes a partir dos 16 anos de idade podem ser emancipados judicialmente.
- d) A emancipação voluntária não precisa ser homologada judicialmente.

15. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O caso fortuito e a força maior são fatos jurídicos *stricto sensu*.
- b) O negócio jurídico é modalidade de ato jurídico *lato sensu*.
- c) A morte da pessoa natural é um exemplo de ato involuntário.
- d) O ato jurídico *stricto sensu* decorre dos efeitos da Lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I. A capacidade processual surge a partir do nascimento com vida, resguardado o direito do nascituro.

II. Ébrios habituais possuem plena capacidade de direito, embora devam ser assistidos em juízo.

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL/PARÁ**

III. Diante de uma parte que tenha sido declarada relativamente incapaz, o magistrado avaliará, no caso concreto, a possibilidade de designar-lhe curador especial.

IV. Toda pessoa, natural ou jurídica, que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade postulatória para estar em juízo.

V. O direito de ação constitui prerrogativa conferida a todas as pessoas, naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, incluindo-se os entes despersonalizados, de solicitar ao Estado-juiz que pacifique o conflito de interesses.

- a) As assertivas II e V estão corretas.
- b) As assertivas III e IV estão corretas.
- c) As assertivas I e II estão corretas.
- d) As assertivas III e V estão corretas.

17. A respeito das condições da ação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ausência das condições da ação pode ser suscitada a qualquer tempo, inclusive como matéria de defesa em sede de Recurso Especial, por ser requisito de ordem pública.
- b) Verificando o juiz que a ação carece de interesse ou de legitimidade, determinará que o autor emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.
- c) A inexistência de jurisdição condicionada no ordenamento jurídico brasileiro não exime o autor de demonstrar seu interesse de agir, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.
- d) Se o magistrado tiver reconhecido o interesse de agir quando do deferimento da petição inicial, não poderá, por força da preclusão, reexaminá-lo no momento da prolação da sentença.

18. Analise as seguintes afirmações a respeito dos princípios do processo civil:

I. O princípio da instrumentalidade do processo torna válido o ato que alcançou sua finalidade independentemente da forma prescrita, desde que a lei não tenha determinado que a desobediência à forma acarrete nulidade.

II. A decisão *infra petita*, também conhecida como *citra petita*, não ofende o princípio da adstrição, tendo em vista que

o juiz não aprecia matéria além daquela proposta pelas partes.

III. Pelo princípio dispositivo, é atribuída às partes toda a iniciativa na instauração do processo, sendo vedado ao magistrado a busca de fatos não alegados e cuja prova não tenha sido postulada pelas partes.

IV. Pelo princípio da inércia, o processo se origina por impulso oficial, mas se desenvolve por iniciativa da parte.

V. Constituem princípios da jurisdição contenciosa o juiz natural, a improrrogabilidade e a indeclinabilidade.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e V.
- d) II, IV e V.

19. Segundo o Código de Processo Civil, são requisitos essenciais das cartas de ordem, precatória e rogatória, EXCETO:

- a) inteiro teor da petição inicial, do despacho judicial e do instrumento do mandato conferido ao advogado.
- b) prazo assinalado para o cumprimento da carta.
- c) a indicação dos juízos de origem e de cumprimento do ato.
- d) a menção do ato processual, que lhe constitui o objeto.

20. A respeito dos prazos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório.
- b) A superveniência de férias interrompe o curso do prazo.
- c) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública, o Ministério Público ou quando for representada pela Defensoria Pública da União.
- d) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

DIREITO PENAL

21. Considerando o Código Penal brasileiro em vigor, assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) Ao crime cometido, aplica-se a lei penal vigente no momento da ocorrência do crime, ressalvando-se a aplicação da lei mais benéfica ao réu, mesmo depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- b) Ao crime cometido, aplica-se a lei penal vigente no momento da prolação da sentença, independentemente se a lei for mais benéfica ou não.
- c) O crime será considerado praticado no momento em que ocorrer o seu resultado.
- d) O crime será considerado praticado no lugar em que ocorrer o seu resultado.

22. Considere o seguinte caso: uma aeronave brasileira, de propriedade privada, partiu do Aeroporto de Brasília com destino à cidade de Miami, nos Estados Unidos da América. Quando a aeronave sobrevoava águas internacionais, minutos antes de ela entrar no espaço aéreo americano, foi cometido um crime a bordo da aeronave por um passageiro estrangeiro (chamemos de "1ª hipótese"). Após o estacionamento da aeronave no Aeroporto de Miami, ocorreu um segundo crime a bordo, totalmente desvinculado do primeiro, cometido por um passageiro brasileiro (chamemos de "2ª hipótese"); bem como, descobre-se a bordo um estrangeiro acusado de genocídio pela Organização das Nações Unidas (ONU) (chamemos de "3ª hipótese"). Considerando as hipóteses descritas no caso acima, assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) A lei brasileira pode ser aplicada nas três hipóteses, independente do local do cometimento do crime, pois a aeronave é brasileira.
- b) A lei brasileira pode ser aplicada apenas na 2ª hipótese, pois o infrator é brasileiro.
- c) A lei penal brasileira é aplicável na 3ª hipótese, desde que o estrangeiro tenha domicílio no Brasil.
- d) A lei penal brasileira é aplicável apenas na 3ª hipótese, pois o Brasil é membro da ONU, portanto está obrigado a reprimir o crime de genocídio.

23. Assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) Diz-se o crime impossível, quando este não pode se consumar por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
- b) Diz-se o crime próprio, quando é praticado por uma determinada pessoa contra outra pessoa do mesmo sexo.
- c) Diz-se que se o agente impedir que o resultado se produza, ele não responderá pelos atos anteriores.
- d) Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos essenciais para sua existência fática.

24. Assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) Pode-se dizer que o tipo penal é o modelo legal incriminador da conduta.
- b) Pode-se dizer que o nexa causal é o liame entre a conduta e o resultado, que gera o tipo penal.
- c) Pode-se dizer que a culpa consciente é aquela em que o agente relutou para prever o resultado.
- d) Pode-se dizer que a inimputabilidade exclui a culpabilidade.

25. João, homem adulto, lutador de artes marciais, ao ver uma senhora de 70 anos sendo agredida por um rapaz franzino de 18 anos, de prenome José, saiu em defesa da senhora repelindo a agressão praticada por José com grande força, vindo a quebrar o pulso do referido rapaz. Neste caso podemos dizer que:

- a) João agiu com ilicitude ao defender a senhora de 70 anos.
- b) João agiu em estado de necessidade, pois salvou a senhora de 70 anos de perigo atual.
- c) João agiu em legítima defesa própria, pois passou a se confrontar com José.
- d) João poderá responder pelo excesso que praticou, ao quebrar o pulso de José, mesmo tendo agido em legítima defesa de outrem, por haver previsão legal nesse sentido.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Considerando os princípios do processo penal, assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) Segundo o Princípio da Presunção de Inocência, todo indivíduo é considerado inocente, até que ocorra o advento de confirmação, no 2º grau, da sentença condenatória proferida no 1º grau.
- b) Segundo o Princípio do Juiz Natural não poderá haver tribunal de exceção.
- c) Segundo o Princípio da Publicidade todos os atos do processo penal devem ser de livre acesso a todos os brasileiros.
- d) Segundo o Princípio da Obrigatoriedade da Ação Penal, a todo crime ou contravenção cometida deve corresponder obrigatoriamente a uma ação penal ajuizada.

27. Considerando o Código de Processo Penal brasileiro em vigor, assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) A representação do ofendido, nos crimes de ação pública, será irretroatável se assinada por duas testemunhas.
- b) Somente as autoridades públicas podem provocar o Ministério Público nos crimes de ação pública.
- c) A autoridade policial procederá a inquérito, após o oferecimento ou redução a termo da representação, porém, se não for competente, remeterá a representação ao órgão judiciário competente.
- d) Se o ofendido for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.

28. Assinale a AFIRMATIVA INCORRETA.

- a) É correto chamar uma pessoa de "indiciado" se for, formalmente, apontado como suspeita por um crime ou contravenção pelo Estado.
- b) É correto chamar uma pessoa de "réu ou acusado" após o oferecimento formal da denúncia perante o Estado.
- c) Competência é a delimitação da jurisdição, ou seja, é o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados, compondo-os.

d) Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos.

29. Assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) O mandado de citação indicará obrigatoriamente, dentre outros dados, a residência do réu.
- b) Um militar deverá ser citado na presença de seu chefe.
- c) O edital de citação deverá indicar, dentre outros dados, o fim para o qual está se fazendo a citação.
- d) O juiz deverá nomear um representante legal da família, se o réu for citado por hora certa.

30. Assinale a AFIRMATIVA CORRETA.

- a) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
- b) A intimação do Ministério Público e do defensor constituído será pessoal.
- c) A intimação do Ministério Público e do assistente de acusação será pessoal.
- d) A intimação do Ministério Público e do assistente será pessoal.

GABARITO PRELIMINAR – 31.03.2014

Direito Constitucional	
1	C
2	B
3	C
4	D
5	A
Direito Administrativo	
6	D
7	B
8	A
9	D
10	A
Direito Civil	
11	A
12	B
13	D
14	D
15	C

Direito Processual Civil	
16	A
17	C
18	C
19	B
20	D
Direito Penal	
21	A
22	C
23	A
24	D
25	D
Direito Processual Penal	
26	B
27	D
28	B
29	C
30	A